



Para Idelfonso V. Durães, *in memoriam*.

Maria Madalena e Édipo complexo:

são novas narrativas necessárias
na psicanálise contemporânea?

Giovanna Bartucci

Ante as características das subjetividades na contemporaneidade, processos constitutivos impõem-se aos sujeitos, tornando-se necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade”.

“Há (...) uma estranha coincidência entre esse estado (...) anterior ao princípio de realidade e o universo da realidade virtual, nosso universo midiático (...), posterior ao princípio de realidade, onde o real e o virtual se confundem”¹.

JEAN BAUDRILLARD.

Começarei, portanto, por uma coincidência – uma coincidência que ocorreu a Maria Madalena.

Maria Madalena

Maria Madalena tinha em torno de seus 45 anos. Não tinha filhos, mantinha um casamento que lhe era

aparentemente insatisfatório. Ainda que a metrópole não lhe fosse estranha, tinha um ar de quem estava sempre chegando. Quem sabe sempre partindo?

Tendo migrado para a cidade grande na juventude, Maria Madalena se formou, conquistou para si uma profissão, fez amigos, casou-se, separou-se, casou-se ainda outra vez. Mas as coisas começaram a desandar no

Giovanna Bartucci é psicanalista e ensaísta, Dr^a em Teoria Psicanalítica, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autora de *Borges: a realidade da construção. Literatura e psicanálise* (Imago), *A doença da morte: um direito de asilo* (Annablume), e organizadora da coleção “Psicanálise e Estéticas de Subjetivação” (Imago). Este ensaio tem como base palestra proferida na Jornada Científica “O divã no século XXI: totens e tabus da Psicanálise”, a convite do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPde PA), Porto Alegre, RS, em 24/09/2004.



Devo explicitar desde já que o que me instigava, nesse momento da análise de Maria Madalena, não eram os seus sintomas – até bastante comuns na clínica cotidiana.

momento exato em que lhe foi pedido que habitasse a desordem e a incerteza contemporâneas. Tendo perdido quase tudo, com sérios problemas profissionais, Maria Madalena chegou para análise com uma demanda específica. Dizia-me: “Você tem de me ensinar como se faz”. Como se faz? Como se faz o quê?, eu me perguntava. O que quer que fosse, faz-se com muito trabalho, pensava eu, ainda que nada dissesse. Claro, Maria Madalena imaginava sua analista inserida em uma rede de contatos que lhe proporcionava trabalho, dinheiro e relações afetivas. O que quer que fosse que sua analista tinha, deveria ser fruto, Maria Madalena pensava, dessa rede de contatos.

Pois contatos Maria Madalena fazia. Com muitas relações, todos eram seus amigos, e a todos tratava com uma certa efusividade expectante, ainda que silenciosa. Todas as relações traziam consigo possibilidades de trabalho em potencial

e de inserção no meio do qual já fazia parte. No entanto, mesmo que competente, algo se passava com Maria Madalena...

Havia ainda o que viemos a denominar a “teoria da prateleira”. De fato, em sua análise anterior, Maria Madalena pareceria ter sido tranqüilizada por sua analista, versam as suas recordações. De acordo com a teoria da prateleira, os problemas de Maria Madalena deviam-se ao fato de que todos os “bons objetos” dispostos já teriam sido “adquiridos” por outros. As instituições promissoras, os bons lugares profissionais, já teriam sido todos ocupados, tomados por outros. E os homens – ah!, os homens –, esta era uma questão fundamental. De acordo com Maria Madalena, a ela só restara o seu marido atual, já que todos os “bons homens”, “aqueles que valiam a pena”, haviam se casado com outras mulheres. Em outras palavras, já teriam sido resgatados da prateleira. A teoria da prateleira – ou seja, o fato de que Maria Madalena não seria responsável pelo estado das coisas – era, afinal, uma benção, e minha analisanda havia se instalado agradavelmente em seu sintoma, parecendo assim desejar permanecer.

Mas Maria Madalena frequentemente se metia em confusão. Com um trabalho cuja ausência sua tinha conseqüências importantes, vez ou outra não ia trabalhar. Não cumpria prazos, chegava a não realizar as tarefas que lhe eram designadas. Em casa, sabia o que dizer ou fazer para irritar o seu marido, e após a “resposta inesperada”, mantinha-se submissa, com medo de que ele pudesse vir a reagir violentamente. Quando o fazia, a ela só restava a indignação, a revolta, o tom acusatório e, claro, a sua permanência na relação – já que a ele caberia a mudança, uma vez que ela não tinha responsabilidade alguma pelo “estado das coisas”.

Em análise, era certo que Maria Madalena faltaria a uma de suas sessões semanais. Não avisava – por

que deveria? Eu parecia não existir. E, claro, a teoria da prateleira estava sempre atuante: haveria sempre uma razão justa para Maria Madalena agir da maneira como o fazia e passar pelo que estava passando. Havia ainda uma questão fundamental: Maria Madalena não se considerava agressiva, ou mesmo violenta. Era a ela que as coisas aconteciam – sempre – e em sua aparente passividade, já não lhe restava quase nada.

É verdade, devo explicitar desde já que o que me instigava, neste momento da análise de Maria Madalena, não eram os seus sintomas – até bastante comuns na clínica cotidiana –, mas o suposto *timing* da eclosão da configuração que descrevi acima de forma generalizada.

De fato, sabemos que tanto a economia pulsional pode fazer novas exigências à capacidade de simbolização do sujeito, quanto a realidade material potencializar o conflito psíquico, ao confrontar o psiquismo com demandas impossíveis de serem articuladas simbolicamente. É notório também que um conflito anterior, elaborado analiticamente, pode se reapresentar na cena psíquica. Ainda assim, havia um frescor que acompanhava o trabalho per/elaborativo de Maria Madalena que me chamava a atenção. Eu me perguntava por que razão as “temáticas” abordadas em sua análise comigo aparentavam tamanha novidade. Uma vez que o trabalho analítico se configura como um trabalho em espiral, e Maria Madalena havia tido a experiência de análises anteriores – com colegas que respeito, vale observar –, teria sido impossível que tais “temáticas” permanecessem intocadas. Nessa medida, se as queixas de minha analisanda eram, desde sempre, bastante comuns e freqüentes na clínica cotidiana, o que se configurava parecia dizer respeito ao *timing* de Maria Madalena. Intrigada, resolvi, então, dedicar-me com afinco a pensar a contemporaneidade –



ou seja, a presença atuante desta “estranha coincidência” entre sintomas do sujeito, configurações sociais específicas e suas conseqüências, como veremos a seguir.

Impasse profundo

Inicialmente, vale observar, contudo, que inúmeros são os autores que se dedicam a refletir acerca das novas formas de subjetivação na atualidade. Enquanto alguns têm como objetivo caracterizar a sintomatologia contemporânea, outros buscam refletir acerca do dispositivo analítico e condições de intervenção do psicanalista. De forma geral, tais considerações revelam a presença, no campo, tanto do desejo de refletir acerca da função e do lugar do analista face às demandas de análise atuais, quanto da existência de uma preocupação que visa resgatar a radicalidade da experiência psicanalítica. Mas o fato é que vivemos um impasse profundo, à medida que são os paradigmas com que trabalhamos que estão sendo colocados em questão.

Com efeito, Elisabeth Roudinesco (1944-), cujas reflexões² acerca do contemporâneo têm apontado para a substituição do paradigma da histeria, predominante no fim do século XIX, pelo paradigma da depressão – aqui, forma atenuada da antiga melancolia –, entende que essa substituição se faz acompanhar de uma valorização dos processos psicológicos de normalização em detrimento das diferentes formas de exploração do inconsciente. À medida que a contemporaneidade – época na qual constatamos o desaparecimento do ideal revolucionário, ou das utopias, com a derrota do comunismo e a instituição de políticas de globalização da economia, no bojo de uma economia liberal que tende a reduzir o homem a uma mercadoria – é marcada por um profundo desejo de normalização, o conflito neuró-

tico, tratado como depressão, sugere Roudinesco, já não decorreria de nenhuma causalidade psíquica oriunda do inconsciente. Característica do advento das sociedades democráticas e que têm como base o confronto permanente entre o mesmo e o outro, esta seria, então, a configuração subjetiva que tenderia a se apagar da organização mental contemporânea, em prol da noção psicológica de personalidade depressiva.

De forma
concisa,
a história
que concerne
ao psicanalista é
a das vicissitudes
pulsionais
e identificatórias
romanceadas
na trama
edípica.

E mais: ao abandonar o modelo nosográfico em prol de uma classificação dos comportamentos, a psiquiatria findou por reduzir a psicoterapia a uma técnica de supressão de sintomas. Assim, se por um lado Freud não considerara que a generalização da prática psicanalítica, na maioria dos países ocidentais, seria contemporânea do aniquilamento progressivo do saber psiquiátrico pela psicofarmacologia e do emprego de substâncias quí-

micas no tratamento das doenças da alma, tampouco imaginara que as contradições inerentes à sua teoria – ou a qualquer teoria – oriundas do confronto com a história seriam passíveis de produzir um sentimento de inoperância. É à medida, então, que a concepção tradicional de enfermidade, centrada na idéia de etiologia, perde terreno em face da articulação dos sintomas sob a forma de síndromes que se torna crucial recuperarmos a idéia de que o conflito psíquico é paradigmático em Freud.

De fato, a vida psíquica se configura como um jogo de forças que se promovem e se inibem umas às outras, a sexualidade cumprindo a função fundamental de dialetização da história pessoal. O desejo é “inconsciente” uma vez que, diretamente associado ao afastamento que se estabelece entre a necessidade e a demanda, testemunha “uma falta fundamental”, e tende a se realizar restabelecendo os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação. Metapsicologicamente, isso implica considerarmos inconsciente aquela instância psíquica que, em relação à barreira do recalque³, ocupa um lugar no interior da tópica psíquica correlativa ao pré-consciente-consciente, sendo regido por uma legalidade que opõe os sistemas. De forma concisa, a história que concerne o psicanalista é a das vicissitudes pulsionais e identificatórias romanceadas na trama edípica⁴ – perspectiva que, temos de reconhecer, não parece fazer jus à clínica contemporânea. Mas serão novas narrativas efetivamente necessárias na psicanálise contemporânea? Seria esta a pergunta que – nos dias que correm – operaria a diferença?

É verdade que, se na década de 1980, não sabíamos se as formas de percepção da realidade se modificariam a partir das transformações impostas pelos novos modos de organização da informação, hoje, no entanto, já experimentamos as suas conseqüências. Com efeito, em trabalho anterior⁵ observei que a



TEXTOS

psicanálise pareceria ter entrado em crise na medida exata em que se contrapõe aos pressupostos éticos da cultura pós-moderna, a condição de possibilidade para a emergência do inconsciente e da fragmentação pulsional pautando-se justamente na desconstrução da “história oficial” do sujeito, ou seja, do registro narcísico do eu. Como caracterizar, contudo, a contemporaneidade?

Cultura de risco pós-moderna e subjetividades contemporâneas

Para responder a essa pergunta, vale resgatar que se a época histórica que se inicia com o breve século XX fez bascular a função de proteção dos processos da cultura⁶ em direção a uma função destrutiva⁷ – aquela das organizações totalitárias do século XX –, a função de proteção reduzindo-se ao exercício do poder pelo poder, a contemporaneidade finda por se caracterizar como o lugar das incertezas. O desamparo oriundo da diluição das grandes narrativas da modernidade apontando para a projeção de um futuro incerto, para a agonia das grandes produções de sentido que associavam progresso, revolução e auto-realização permanente.

Some-se a isso o fato de que, se à pós-modernidade corresponde um questionamento da moderna epistemologia baseada na separação entre sujeito e objeto, de modo que a legitimação do conhecimento não pode ser depositada em uma “grande narrativa”, como sugerira Lyotard⁸ (1942-), em 1979, também Debord⁹ (1931-1994) já denunciara, em 1967, o processo por meio do qual vimos constatar que, na atualidade, a realidade é imagem e a imagem é realidade, ao destacar a cisão que, instituindo-se entre espetáculo e realidade, entre realidade e imagem, promove a fragmentação e a dissipação, inibindo o sentido do encadeamento histó-

co. Baudrillard (1929-) foi mais longe: desenvolveu uma teoria pautada na idéia de que, à medida que é substituído por imagens, o referente vivido teria desaparecido. Em outras palavras, estamos num mundo cuja função essencial do signo consiste em fazer desaparecer a realidade, enquanto simultaneamente coloca um véu sobre esse desaparecimento.

Todavia, ainda que não se trate da derrota do pensamento histó-

Tudo, porém, concorre, por meio da interatividade contemporânea, para a abolição desse corte. “Quando todos se convertem em atores, não há mais ação, fim da representação. Morte do espectador”¹⁰, sugere o filósofo.

Assim é que, como conseqüência, os tempos que correm têm promovido a diminuição acelerada da experiência de interiorização pelo sujeito, desvelando o autocentramento conjugado ao valor da exterioridade, sem que haja perda da função de sujeito, mesmo que momentânea. Não é à toa, então, que diversas inquietações tenham se condensado em uma pergunta fundamental: o que fazer quando subjetividades e sintomatologias contemporâneas configuram – *a priori* e especificamente – o esfacelamento do registro narcísico do eu, sem que isso figure uma psicose ou perversão, pertencendo à e permanecendo na esfera do que consideramos neurose?¹¹ Serão novas narrativas efetivamente necessárias na psicanálise contemporânea?

De fato, ao trabalhar a temática da psicopatologia da pós-modernidade da perspectiva da interface psicanálise e filosofia, Joel Birman (1946-) denominou “sujeito fora-de-si” a modalidade cuja inexistência de interiorização pelo sujeito evidenciaria o autocentramento como modalidade de existência, e cuja exterioridade é agora excessiva e não mais representada pelo modelo da psicose. Considerada pelo autor como uma forma perversa de existência, tal modalidade seria indicativa da inversão que se operou no social por meio da qual o “sujeito fora-de-si” é socialmente integrado e investido, uma vez que realiza o projeto da subjetividade na atualidade.

De acordo com Birman, a idéia de que a loucura se instituiu no registro do fora-de-si estaria implícita na concepção de loucura como alienação, e identificada com o próprio estabelecimento do discurso psiquiátrico no final do século XVIII

O
desamparo
oriundo da diluição
das grandes
narrativas
da modernidade
aponta para
a projeção
de um futuro
incerto.

rico e crítico “mas, sim, da vitória do tempo real sobre o presente, sobre o passado, sobre toda e qualquer forma de articulação lógica da realidade”, “a partir do momento em que vivemos no tempo real, em que os acontecimentos desfilam como num *travelling*, o tempo de reflexão sofre um curto-circuito”. Retratando a temática em pauta, Baudrillard sugere que o espectador só se torna realmente ator quando há estrita separação entre palco e platéia.



Birman entende
que a psicanálise se avizinha
a um discurso ético-estético-político –
a metapsicologia psicanalítica estando
mais próxima de certos discursos
filosóficos ou éticos
que de um discurso
científico.

à medida que – presente dentro-de-si até o momento do enlouquecimento – o sujeito se perderia de seu eixo de sustentação ao deslocar-se de dentro para fora-de-si. O sujeito perderia, assim, o que lhe seria fundamental: a autoconsciência que lhe definiria tanto no sentido do autocentramento, como no da interioridade.

O que se torna importante destacar nessa leitura, contudo, é que o autor entende que “se no Freud inicial a leitura da psicose se realizava em consonância com os pressupostos da leitura de Hegel (o delírio como tentativa de cura, como na leitura de Schreber) (...), no final de seu percurso, Freud insistiu seja no enunciado da autonomia das forças pulsionais face ao campo das representações, seja na formulação da existência de uma modalidade de pulsão sem representação. Nesse contexto, (...) a questão não se restringe mais ao registro do simbólico e da razão na experiência da loucura, mas a algo que remete incisivamente para o ser da pulsão e de seus destinos insondáveis”.¹²

É verdade, a perspectiva acima se explicita caso resgatemos a sugestão de Birman de que os ensaios metapsicológicos de 1915, em especial “As pulsões e destinos de pulsões”, pretenderiam responder a problemática que paulatinamente se

inscreve no percurso freudiano, ou seja, a de como se constitui a produção de representações no aparelho psíquico, considerando-se o primado do registro econômico na metapsicologia. Como resultante, o autor avança a idéia de que uma reformulação epistemológica essencial esboçou-se na teoria psicanalítica, à medida que seus fundamentos estariam sendo recompostos: “o inconsciente não seria mais, como estava estabelecido até então, o conceito fundamental da psicanálise. Agora, a pulsão ocuparia tal lugar, e o inconsciente seria um conceito derivado na metapsicologia freudiana”, o sujeito do inconsciente constituindo-se como um dos destinos de pulsões, “destino privilegiado, certamente, ao lado do ‘retorno sobre o próprio corpo’, da ‘transformação da atividade em passividade’ e da ‘sublimação’”. Com isso, “o sujeito como destino é sempre o de um projeto inacabado, produzindo-se de maneira interminável, apresentando-se sempre como uma finitude face aos seus impasses, confrontado ao que lhe falta e ao que não é”.¹³

Não é à toa, então, que Birman entende que a psicanálise se avizinha a um discurso ético-estético-político – a metapsicologia psicanalítica estando mais próxima de certos discursos filosóficos ou éticos so-

bre a subjetividade do que de um discurso científico. O sujeito fundado na pulsão enquanto força é marcado, assim, por exigências éticas e estéticas, a experiência psicanalítica produzindo uma maneira singular de existir para o sujeito, forjada por meio de traços encarnados de que ele disporia em estado virtual, como uma potencialidade.¹⁴ Concebidas pelas lentes foucaultianas do “cuidado de si” – cuja tese supõe que a subjetividade é capaz de produzir saber sobre si –, as neuroses seriam estilos de existência, mais ou menos prazerosos, que se aproximam muito mais de modelos ético-estéticos do que de formas de conhecimento. O autor sugere, afinal, que ante a nova modalidade de sujeito fora-de-si, os sujeitos seriam fora-de-si por vocação, transformando-se em dentro-de-si por um processo de subjetivação que não seria nem necessário nem obrigatório.

O fundamental

Há, aqui, no entanto, uma distinção fundamental a ser feita, caso desejemos refletir acerca das possíveis contradições inerentes à teorização freudiana oriundas do confronto com a história. De fato, na hipótese de considerarmos a desconstrução dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas um dos fenômenos mais característicos do final do século XX¹⁵, o dilema de como organizar uma narrativa de vida deverá ser em parte esclarecido sondando-se como, hoje, enfrentamos o futuro. Sendo assim, caso resgatemos o impasse vivido pela grande maioria ante a cultura de risco pós-moderna, como salientei anteriormente, torna-se premente reconhecer que, se nada fizerem, as subjetividades contemporâneas estarão relegadas à própria sorte.

Será essa perspectiva, então, que operará a diferença entre nossos desenvolvimentos. Enquanto

Birman entende que, diante da nova modalidade de existência, os sujeitos seriam fora-de-si por vocação, transformando-se em dentro-de-si por um processo de subjetivação que não seria nem necessário nem obrigatório, entendendo que – ao contrário –, em se tratando de subjetividades e características sócio-históricas contemporâneas, quer desejemos quer não, processos constitutivos impõem-se aos sujeitos.

É nessa medida que, em face desse fundamental, desejo fazer avançar a idéia de que, ao considerarmos as características das subjetividades na contemporaneidade – ou seja, a presença do conflito neurótico cuja gênese não se encontra primariamente na sexualidade edípica –, faz-se necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade”¹⁶ por meio do qual processos fundadores dos sujeitos possam se dar.

Mas eis que, afinal, a proposição acima termina por deslocar o foco da questão em pauta. Confrontados com os impasses propostos pela pós-modernidade, trata-se de nos indagarmos, então, não mais acerca da temática da “atualidade” do complexo de Édipo, mas sim sobre possibilidade de resgate da idéia, salientada anteriormente, de que o conflito psíquico é paradigmático em Freud. O passo seguinte é o de trabalharmos em direção ao restabelecimento das variáveis instauradoras do conflito, por meio de operadores simbólicos que ordenem uma função estruturante.

É claro que não poderíamos continuar sem observar que os desenvolvimentos acima terminam por colocar em questão a noção de estrutura, à medida que findo por sugerir a possibilidade de uma estrutura em permanente constituição. É verdade: eis aqui uma contradição em termos, a qual, no entanto, não deveria nos causar estranhamento uma vez que a própria noção de estrutura traz em seu âmago uma relação de contradição, ou seja, uma

Caberá ao complexo de Édipo – enquanto estrutura – organizar o devir humano em torno da diferença dos sexos e da diferença das gerações.

relação de incompatibilidade entre dois termos em que a afirmação de um implica a negação do outro, e reciprocamente.

Vale lembrar, contudo, que a inovação proposta pelo estruturalismo consistiu em afirmar que a parte não pode ser pensada fora da sua situação no todo, e que o todo distingue-se da soma de suas partes. Dito de outra forma, a estrutura seria um sistema de diferenças no qual o elemento não é nada em si mesmo, e sim a sua posição no todo, ou mesmo que os elementos são explicitados por meio de relações impostas pelo todo. As tarefas analítica e sintética constituem, assim, uma relação dialética em que a primeira é negada pela segunda, sem cuja primeira, no entanto, a segunda tarefa seria impossível. Finalmente, há que se reconhecer: à medida que “A” é necessariamente “A” e “Não-A”, as perspectivas analítica e sintética encontram-se conciliadas no estruturalismo.

Entre a produção de subjetividade e as condições de constituição psíquica: Édipo Complexo e a cultura tornada possível

No clássico *O estruturalismo em psicanálise* (1968), porém, Moustafa Safouan (1921-) já explicitara as “regras” que regem a nossa matéria: “a psicanálise é a descoberta de um lugar, o do inconsciente, e de uma dinâmica que se desenvolve nesse lugar e que se enlaça, toda ela, ao redor do complexo de Édipo e, mais especialmente, de seu momento essencial, a castração (...) Discorrer sobre a psicanálise, então, é discorrer sobre esses dois conceitos: o inconsciente e a castração. (...) Sendo assim, a nossa finalidade é mostrar que Édipo não é um mito no qual se desvelam suas linhas de força, e tampouco o drama que ele determina no vivido de cada um, mas uma *estrutura* que ordena o desejo...”¹⁷. Em outras palavras, caberá ao complexo de Édipo – enquanto estrutura – organizar o devir humano em torno da diferença dos sexos e da diferença das gerações, ao promover a interiorização da interdição oposta aos dois desejos edípicos, incesto materno e assassinato do pai, abrindo acesso à cultura por meio da submissão e da identificação ao pai portador da lei que regula os caminhos do desejo. Será, no entanto, no momento em que Freud articula o complexo de Édipo ao complexo de castração, pedra angular da psicanálise¹⁸, que o complexo de Édipo assumirá sua dimensão de conceito fundador.

Todavia, de uma perspectiva sócio-histórica, a criação da cultura se fará acompanhar da instituição do tempo da história tornada possível. De fato, o complexo de Édipo portará um caráter estruturante à medida que o mito originário sobre o qual se apóia evidencia-se pela passagem do tempo primordial da horda – ou seja, um tempo regido



pela repetição infinita dos mesmos atos e pensamentos, conduzida por um tirano onipotente caracterizado pela recusa do amor e pelo manejo da força –, ao tempo da história tornada possível, por meio de uma primeira infração da ordem, a decisão unânime do crime – o assassinato original¹⁹. Em lugar da origem, um ato real: o assassinato necessário; em lugar do horror ao incesto, um ato simbólico: a internalização da proibição. Desse modo, o assassinato do chefe da horda o transforma em pai, e o ódio transforma os seres submissos em irmãos. Portador e depositário das proibições, sufoca e castra, devendo ser morto ou vencido. Seu assassinato, no entanto, será sempre acompanhado de culpa e veneração, o pai sendo sempre um pai morto, e o pai morto sendo sempre um pai mítico, provocando, em sua função mítica, reverência, terror e amor, simultaneamente. O parricídio é, então, fundamental – e indispensável

– à criação da cultura, ao nos introduzir no mundo da culpabilização, da renúncia tanto à realização do desejo quanto ao desejo de realização do incesto²⁰, da instituição de uma função paterna na origem da humanidade e da necessidade de referência a uma lei externa transcendente.

Ainda assim, se na contemporaneidade o complexo de Édipo, enquanto exemplo privilegiado – uma vez que certas variáveis, como a aderência primária da relação mãe-bebê, o concomitante exercício da função de corte por parte do pai, o amor pelo progenitor do sexo oposto e a rivalidade com o progenitor do mesmo sexo, em uma família monogâmica e heterossexual, conduziram a uma sobreposição dos elementos de produção de subjetividade aos elementos que dizem respeito às condições de constituição psíquica –, não conduz necessariamente a tal sobreposição, resta nos indagarmos acerca

de como fazer face aos desafios com os quais se defronta a psicanálise na contemporaneidade.

De fato, mesmo que nada garante que o pai encarnado corresponda ao investimento da condição de poder de intervenção estruturante – da perspectiva clínica, uma função simbólica que intervém perante o desejo do filho, às voltas com o desejo da mãe –, é importante mantermos em mente que a função que essa noção exerce é a de um operador simbólico, tratando-se, fundamentalmente, de uma entidade simbólica que ordena uma função estruturante.

Isso posto, vale a pena fazermos um pequeno parêntese: observemos que, se a fantasia é um produto misto²¹ – ou seja, as teorias que os seres humanos forjam sobre a sua existência e origem são da ordem da intersecção entre o inconsciente e o eu –, é certo que os sujeitos serão atravessados por elementos ideológicos, e não somente por variáveis que dizem respeito às condições de constituição psíquica. Caso se trate, então, de condições sócio-históricas face às quais a psicanálise se encontraria impossibilitada de ser exercida, de uma mudança histórica dos analisandos ou mesmo de uma mudança na escuta dos analistas, a questão que se coloca na contemporaneidade parece se relacionar à sobreposição – ou não – dos elementos que dizem respeito à produção de subjetividade aos elementos associados às condições de constituição psíquica dos sujeitos.

No que se refere a tal distinção, podemos considerar que a produção de subjetividade inclui todos os aspectos que dizem respeito à construção social do sujeito, em termos de produção e reprodução ideológica e de articulação com as variáveis sociais que o inscreveriam em um tempo e espaço específicos, ou seja, em uma dada perspectiva histórica. As condições de constituição psíquica, contudo, se dão por

Podemos considerar
que a produção de subjetividade
inclui todos os aspectos
que dizem respeito à construção
social do sujeito, em termos
de produção e reprodução
ideológica e de articulação
com as variáveis sociais
que o inscreveriam
em um tempo
e espaço específicos.

meio de variáveis cuja permanência transcende os modelos sociais e históricos, podendo ser circunscritas ao seu campo de referência conceitual. Como sugere Silvia Bleichmar²² (1944-), no que se refere à perspectiva conceitual, vale destacar a formulação dos diferentes modelos da primeira e da segunda tópica freudiana, o conceito de pulsão, de recalçamento e a formalização do conceito de inconsciente como objeto científico. Da perspec-

vas – a produção de subjetividade e as condições de constituição psíquica –, contudo, ocorre no momento em que fantasmas e/ou representações mais ou menos compartilháveis por diferentes sujeitos são considerados como referentes conceituais sem que tenham necessariamente acedido ao nível de universalidade que lhes é atribuído.

No que se refere ao complexo de Édipo, entretanto, se o que há de característico no estabelecimen-

com a perspectiva teórica laplanchiana sobre a qual se apóiam as formulações da autora – diferença esta que, para nossos propósitos, não se faz necessário desenvolver aqui –, parece-me que também a sua definição de complexo de Édipo, cuja característica de assimetria entre o adulto e a criança traz consigo disparidades de saber e poder, de condições estruturantes e psíquicas, só vem reafirmar o caráter a-histórico do complexo e a importância da presença de um operador simbólico que ordene uma função estruturante, até mesmo no bojo dos processos da cultura.

Com efeito, é fundamental observar que o reconhecimento da noção de um inconsciente psíquico – cuja tópica, ao destacar diferentes modalidades de representação psíquica, inconsciente, pré-consciente e consciente, funda um campo de representações – deverá necessariamente ser antecedido pela instauração da modalidade de constituição de um “sujeito dentro-de-si”, que posteriormente indicará a existência de uma atividade sexual pulsional e fantasística.

Assim é que, da perspectiva da clínica psicanalítica, a questão com que viemos trabalhando – serão novas narrativas realmente necessárias na psicanálise contemporânea? – poderia agora ser disposta da maneira como segue: qual seria o lugar e a função do psicanalista na clínica contemporânea, uma vez que o restabelecimento das variáveis instauradoras do conflito psíquico implica a possibilidade da existência de um “sujeito dentro-de-si” em permanente constituição?

O timing de Maria Madalena: a constituição de um objeto- não-separado-que-deverá- chegar-a-ser

De uma perspectiva sócio-histórica, porém, no que se refere à contemporaneidade, uma das ques-

O reconhecimento
da noção de um
inconsciente psíquico deverá
necessariamente ser
antecedida pela instauração
da modalidade
de constituição de um
“sujeito dentro-de-si”.

tiva de teorizações fantasmáticas dos sujeitos, podemos citar como exemplo a cena originária, a vagina dentada, a teoria cloacal, dentre outras, enfatizando, no entanto, que a possível universalidade dessas representações – mantidas sempre dentro de um universo específico, certamente – não lhes concede um estatuto de teoria geral, cujas variáveis conceituais transcenderiam os modelos sociais e históricos. A sobreposição de ambas as perspecti-

to das condições de constituição psíquica é o fato de que todas as culturas exercem algum tipo de interdição no que se refere à apropriação, por parte do adulto, do corpo da criança como objeto de gozo – formulação essa compreendida por Bleichmar como “complexo de Édipo” – isso não impedirá que o mesmo seja fantasmaticado por seus protagonistas, e sob os modos dominantes das configurações sociais em jogo. Ainda que não trabalhe



tões fundamentais diz respeito à condição que os sujeitos têm de transformar seus caracteres em narrativas sustentadas, uma vez que a dimensão do tempo no novo capitalismo gera um conflito entre caráter e experiência. Vale a pena explicitar o que Richard Sennett (1943-) entende por “caráter”: “é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. (...) Nesse sentido, “caráter” é um termo mais abrangente que seu rebento mais moderno, “personalidade”, pois este se refere a desejos e sentimentos que podem apostemar por dentro, sem que ninguém veja. O termo “caráter” concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e pelo compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. (...) “Caráter” são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”²³. A experiência do tempo desconjuntado, contudo, não permite a construção de narrativas de vida que dêem forma ao movimento adiante do tempo, sugerindo motivos pelos quais tudo acontece, mostrando suas conseqüências.

Sendo assim, o que parece ser singular na incerteza contemporânea “é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo”. É verdade, face ao sucesso aparentemente sem sentido – “nunca chegar a parte alguma” –, ou da impossibilidade de recompensa pelo esforço – “sempre na casa um” –, o tempo parece estacionar, o sujeito torna-se prisioneiro do presente, fixado nos dilemas do presente. Abrir mão do passado e habitar a desordem contemporânea tornam-se, então, formas de viver no limite. Nessa medida, na cultura de risco pós-

moderna, “o destino (...) conta menos do que o ato de partir. Imensas forças sociais e econômicas moldam a insistência na partida: o desordenamento das instituições, o sistema de produção flexível (...). Ficar livre é ser deixado de fora”. Em outras palavras, “há história, mas não narrativa partilhada de dificuldades, e portanto tampouco destino partilhado. Nessas condições, o caráter se corrói”²⁴.

É possível compreendermos, então, porque Sennett sugere que tanto a capacidade de desprender-se do próprio passado, quanto a confiança para aceitar a fragmentação seriam dois traços de caráter presentes entre as pessoas à vontade no capitalismo atual. Ao considerarmos as subjetividades contemporâneas, entretanto, a questão fundamental parece se referir ao fato de que desprender-se do próprio passado requer que o passado tenha – efetivamente – passado.

Retomando, então: à medida que a presença do conflito neurótico cuja gênese não se encontra primariamente na sexualidade edípica finda por impor aos sujeitos processos constitutivos, tornando necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade”²⁵ por meio do qual processos fundadores dos sujeitos possam se dar, eis que nos resta, afinal, indagarmos acerca de um *modus operandi* que promova o estabelecimento, ou mesmo o restabelecimento das variáveis instauradoras do conflito psíquico.

De fato, Jacques Hassoun²⁶ (1936-1999), cuja obra tem em suas interrogações sobre o exílio e os elos entre língua materna e identidade seus fundamentos, avança uma hipótese para a qual é importante atentarmos. Em sintonia com as elaborações de Roudinesco, de que a contemporaneidade promoveria a substituição do paradigma da histeria pelo paradigma da depressão, forma atenuada da antiga melancolia, o autor sugere que o

O
que parece
ser singular
na incerteza
contemporânea
“é que ela
existe
sem qualquer
desastre
histórico
iminente.”

melancólico é aquele que não conheceu uma experiência de perda e de um primeiro luto subjetivante – ou seja, a experiência de que o objeto que deveria ter certo dia misticamente trazido uma primeira satisfação estaria perdido para sempre – pela falta de nomeação e de designação possíveis, por parte da mãe, dessa perda. Dito de outra forma, o “desmame” da mãe tornaria possível o desmame da criança, uma vez que supõe que a mãe seja capaz de entender que, no aleitamento, é ela quem “perde o seio”, cabendo também a ela transmitir à criança uma experiência de perda. Não é à toa, então, que para Hassoun a melancolia evoca o “luto primeiro”, um momento fundador do sujeito, constitutivo do ser.

Confrontada, pois, com a promoção contemporânea de uma substituição que se faz acompanhar pela valorização de processos psicológicos de normalização em detrimento das diferentes formas de

Ao se meter
em confusão constantemente,
ou ao não se considerar
agressiva ou violenta
em sua aparente passividade
de perder quase tudo,
Maria Madalena pareceria estar,
de fato, se empenhando
na promoção do assassinato
simbólico daqueles
que ama.

exploração do inconsciente, essa forma particular de melancolia vê acentuar-se o desencadeamento da crueldade e a instalação da marginalidade, a colagem do sujeito com o objeto implicando o puro ódio e a tentativa de destruição desse mesmo objeto. É nessa medida que, de acordo com o autor, o melancólico – esse “objeto-não-separado-que-não-chegou-a-ser” – encontra-se submetido à necessidade de assassinato simbólico daqueles que ama.

Vale observar, contudo, que se a violência característica da perda, do desengano, da desilusão, é frequente desde tempos imemoriais, é possível destacar a presença, na atualidade, de dois tipos de violência: uma destrutiva e outra constitutiva²⁷ que – é importante que seja salientado – correm o risco de ser sobrepostas por nós, psicanalistas, no trabalho com os nossos analisandos²⁸. Somando-se, portanto, à hipótese que fiz avançar acima – ou seja, a idéia de que, em face às ca-

racterísticas das subjetividades na contemporaneidade, processos constitutivos impõem-se aos sujeitos, tornando-se necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade” por meio do qual processos fundadores do sujeito possam se dar –, a violência que tal forma particular de melancolia traz consigo só vem reiterar a hipótese da presença de um “desejo de sobrevivência”, de uma urgência em “conquistar uma vida para si próprio”, no bojo dos processos constitutivos.

Com efeito, ao se meter em confusão constantemente, ou ao não se considerar agressiva ou violenta e, em sua aparente passividade – violência silenciosa – perder quase tudo, Maria Madalena pareceria estar, de fato, se empenhando na promoção do assassinato simbólico daqueles que ama, findando por evocar, assim, um momento fundador do sujeito, constitutivo do ser. Em outras palavras, sua violência

profunda e silenciosa estaria, aqui, apontando para a necessidade, para a premência da experiência de constituição de um objeto-não-separado-que-deverá-chegar-a-ser.

Ainda o fundamental: por um lugar psíquico de constituição de subjetividade

Assim é que, de forma suscinta, ao considerar os desafios com que se confronta a psicanálise na atualidade, no que se refere à constituição da subjetividade, o que os analisandos pedem ao analista parece ser, justamente, a constituição de um novo aparelho psíquico²⁹. Distinguindo-se de uma estratégia analítica pautada puramente no deciframento, aqui, a interpretação – e a construção, fundamentalmente – levam os analisandos à (re)descoberta e à (re)construção do Édipo, à medida que parte fundamental do trabalho analítico se constitui menos como um trabalho de dissolução do que de construção.

Ao resgatarmos os desenvolvimentos que avancei acima, contudo, considerando-se o primado do registro econômico na metapsicologia freudiana, é fundamental que ainda outra distinção seja feita, caso desejemos chamar a atenção para a especificidade de um *modus operandi* que promova o estabelecimento – ou restabelecimento – das variáveis instauradoras do conflito psíquico, em uma estrutura em permanente constituição.

De fato, referindo-se ao conceito desenvolvido por Freud nos anos 1930, Joel Birman observa que, se a crença do sujeito na sua imortalidade e o saber sobre a sua mortalidade ancoram-se na construção do registro narcísico do eu mediante o qual o sujeito procura recusar e silenciar o seu desamparo originário, a morte seria compreendida aqui como uma possibilidade real, e não apenas simbólica, a construção do sujeito nos registros imaginário e



simbólico sendo a maneira de controlá-la como possibilidade efetiva. Como consequência, “se como valor a morte é originária, e não derivada, na condição humana, em função mesmo dos pressupostos da prematuridade, da incompletude vital e da longa dependência do outro, isso nos revela que a marca fundamental do sujeito é o desamparo”. Entretanto, será exatamente aqui que a distinção entre nossos desenvolvimentos operará a diferença uma vez mais, à medida que, para o autor, o conceito de desamparo (*Hilflosigkeit*) e a noção de feminilidade seriam duas faces de uma mesma moeda.

É verdade, Birman entende que, ante o impacto pulsional, as posições figuradas pelos masoquismos moral e feminino proporcionariam certa proteção ao sujeito, de modo a se esquivar da angústia produzida pelo desamparo por meio da colagem a um outro, ao emprestar, de maneira humilhante, o seu corpo para o gozo deste. O masoquismo seria, pois, uma figura fundamental do psiquismo, por meio da qual o sujeito evitaria a experiência do desamparo. A feminilidade se constituindo, então, na outra face do desamparo e justo o oposto do masoquismo, uma vez que, da perspectiva da experiência desejante, a feminilidade se constituiria como um traço que se inscreve no registro da falta e do vazio, e que se encontra no cerne da experiência do desejo.

Transcendendo a diferença de sexos, ultrapassando a oposição entre as figuras do homem e da mulher, uma vez que na psicanálise as figuras do homem e da mulher, do masculino e do feminino, foram construídas de acordo com a lógica fálica, a feminilidade seria “a forma crucial de ser do sujeito, pois sem a ancoragem nas miragens da completude fálica e da onipotência narcísica, a fragilidade e a incompletude humanas (seriam) as formas primordiais de ser do sujeito”³⁰, o

“estilo de ser” desdobrando-se na feminilidade. Uma vez realocada, então, a feminilidade como o eixo fundamental do erotismo, ou seja, a revelação do que existe de erógeno no desamparo, a sua face positiva e criativa, seria por meio da feminilização do desejo que o erotismo se tornaria possível, ao revelar para homens e mulheres a incompletude que perpassa seus corpos. Ressituando, assim, a diferença sexual e a diferença de gênero num limiar em que não é mais o falo que está em questão, seriam as oposições referentes à lógica fálica – ter/não ter e ser/não ser o falo – que a feminilidade colocaria em questão para ambos os sexos, dando corpo à radicalidade do desejo.

É fundamental salientar, no entanto, que Lacan já observara, em 1958, que “o falo como significante não cai do céu (...). Para ele converge, mais ou menos, o que aconteceu durante a captação do sujeito humano no sistema significante, visto que é preciso que seu desejo passe por esse sistema para se fazer reconhecer, e que é profundamente modificado por ele. Esse é um dado experimental: o falo, não o encontramos a todo instante em nossa experiência do drama edipiano, tanto em sua entrada quanto em suas saídas”³¹.

Assim, se a subjetividade funciona e se regula pela divisão entre a crença e o saber no que se refere à mortalidade – tal modalidade de funcionamento constituindo uma forma de reação e de oposição originária do ser à experiência da morte –, se as subjetividades contemporâneas configuram o esfacelamento do registro narcísico do eu, o desamparo e a feminilidade *não* se constituirão como duas faces de uma mesma moeda, como considera Birman, mas de moedas distintas. A distinção fundamental entre nossos desenvolvimentos residindo no fato de que o falo é, aqui, tomado numa certa função subjetiva que precisa desempenhar um papel significan-

te – ou seja, é preciso que o “desejo” passe por um sistema para se fazer reconhecer.

De forma sucinta: todos os caminhos não levam a Roma. O fato é que, para que as características das subjetividades na contemporaneidade ocupem o primeiro plano de uma dinâmica psíquica – ou seja, para que se configure, *a priori* e especificamente, o esfacelamento do registro narcísico do eu, sem que isso figure uma psicose ou perversão, pertencendo à e permanecendo na esfera do que consideramos neurose, como destaquei acima –, a modalidade de constituição de um “sujeito dentro de si” deverá com necessidade ter sido instaurada anteriormente.

Resgatemos, então: se somente quem se sabe mortal e finito poderá permitir-se a existência acidentada do desejo sem ser tomado pelo temor e pelo horror da morte, escarçando ainda mais a minha hipótese anterior, desejo sugerir que será o masoquismo primário aquele a ocupar a

O masoquismo seria uma figura fundamental do psiquismo, por meio da qual o sujeito evitaria a experiência do desamparo.

face reversa do desamparo, ambos se constituindo em duas faces distintas de uma mesma moeda.

O masoquismo primário porta consigo uma função constitutiva³²

Desamparo e masoquismo primário seriam, portanto, as duas faces distintas da mesma moeda. Isso porque, se, no masoquismo, o sujeito narcisista é, por meio da identificação, substituído por um outro eu, estranho, resultando na finalidade passiva de ser objeto, será por meio da identificação primária – correlativa à formação do ideal, uma vez que constitui o eu e suas clivagens – que encontraremos um modelo de constituição de um momento fundador do sujeito, constitutivo do ser. O fundamental reside no fato de que, ao reinstaurar o auto-erotismo – ou seja, ao reinscrever, ou reativar, os destinos pulsionais de transformação da atividade em passividade e/ou o retorno sobre o próprio corpo, anteriores ao recalque –, o masoquismo primário porta consigo uma função constitutiva.

Com efeito, no que se refere às subjetividades e características sócio-históricas contemporâneas, será à medida que a colagem do sujeito com o objeto implique a sua submissão à necessidade de assassinato simbólico daqueles que ama – reiterando a presença de uma urgência em “conquistar uma vida para si próprio” – que, ao tomar o próprio eu como objeto de satisfação sem o qual o sujeito ficaria entregue ao exercício da pulsão de morte não-erotizada, o masoquismo primário trará, em seu cerne, uma violência constitutiva³³.

Assim, a instauração de um *lugar psíquico de constituição de subjetividade* que tenha como função a constituição de um objeto-não-separado-que-deverá-chegar-a-ser – dado pelo restabelecimento das va-

riáveis instauradoras do conflito psíquico, por meio de operadores simbólicos que ordenem uma função estruturante – está diretamente relacionada à nossa condição de repensarmos o lugar e a função do psicanalista na clínica contemporânea. Dito ainda de outra forma, e uma vez mais, é no momento mesmo em que o nosso saber é interrogado por uma experiência-outra – e não ao contrário – que a psicanálise se constitui como *locus* em que a alteridade poderá se inscrever como tal. Uma leitura ética da descoberta psicanalítica institui-se no momento mesmo em que a própria psicanálise não se permite tudo, toma a si como objeto de reflexão e, do bojo mesmo de sua insuficiência e incompletude, torna-se, então, apta a produzir uma base discursiva que confira significado à impossibilidade de gozo. ■

NOTAS

1. J. Baudrillard, *Tela total. Mito-ironias do virtual e da imagem*, Porto Alegre, Sulina, 1997, p. 53.
2. Cf. E. Roudinesco, (1999) *Por que a psicanálise?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
3. Cf. S. Freud, (1915) “La represión”, in S. Freud, (1955) *Sigmund Freud – Freud Obras Completas*, Buenos Aires, Amorrortu Editores (A. E.), 1989, vol. XIV, p. 135-152; e (1915) “Lo inconciente”, in A. E., vol. XIV, 1989, p. 153-214.
4. Cf. S. Freud, (1908) “Sobre las teorías sexuales infantiles”, in A. E., vol. IX, 1989, p. 183-202; e (1909 [1908]) “La novela familiar de los neuróticos”, in A. E., vol. IX, 1989, p. 213-220.
5. Cf. G. Bartucci, (2004) “A fragilidade absoluta”. Dossiê “Os rumos da psicanálise”. *Revista CULT*, ano VI, nº 77, São Paulo, fevereiro de 2004, p. 44-47.
6. Cf. S. Freud, (1908) “La moral sexual ‘cultural’ y la nerviosidad moderna”, in A. E., vol. IX, 1989, p. 159-181; (1921) “Psicología de las masas y análisis del yo”, in A. E., vol. XVIII, 1989, p. 63-136; e (1927) “El porvenir de una ilusión”, in A. E., vol. XXI, 1989, p. 1-55.
7. Cf. S. Freud, (1930 [1929]) “El malestar en la cultura”, in A. E., vol. XXI, 1989, p. 57-140.
8. Cf. J-F. Lyotard, (1979) *O pós-moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
9. Cf. G. Debord, (1967) *A sociedade do espetáculo*; (1979) “Prefácio à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*”; (1988) *Comentários sobre*

- a sociedade do espetáculo*; (1992) “Advertência da edição francesa de 1992”, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
10. J. Baudrillard, op. cit., p. 59; (2003) “O outro lado da matéria-prima da dor”, Caderno “Mais!”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 de novembro de 2003, p. 3; e (1997) op. cit., p. 130.
11. Cf. G. Bartucci, (2004) op. cit.
12. J. Birman, *Mal-estar na atualidade, A psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 165.
13. J. Birman, *Estilo e modernidade em psicanálise*, São Paulo, Editora 34, 1997, p. 60, p. 10 e p. 37.
14. Cf. J. Birman, *Por uma estilística da existência*, São Paulo, Editora 34, 1996.
15. Cf. E. Hobsbawm, (1994) *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
16. Cf. G. Bartucci, (1999a) “Psicanálise freudiana, escritura borgiana: espaço de constituição de subjetividade”, in M. Cid; C. C. Montoto (orgs.), *Borges Centenário*, São Paulo, Educ, 1999, p. 125-143; e (1999b) “Entre o mesmo e o duplo inscreve-se a alteridade: psicanálise freudiana e escritura borgiana”, in G. Bartucci (org.), *Psicanálise, Literatura e Estéticas de Subjetivação*, Rio de Janeiro, Imago, 2001, p. 369-385.
17. M. Safouan, *Le Structuralisme en psychanalyse*, Paris, Seuil, 1968, p. 17; tradução da autora.
18. Cf. S. Freud, (1923 [1922]) “Dos artículos de enciclopedia: ‘Psicoanálisis’ y ‘Teoría de la libido’”, in A. E., vol. XVIII, 1989, p. 227-254.
19. Cf. S. Freud, (1913 [1912-1913]) “Tótem y tabú. Algunas concordancias en la vida anímica de los selvajes y de los neuróticos”, in A. E., vol. XIII, 1989, p. 1-162.
20. Cf. E. Enriquez, (1983) *Da borda ao Estado. Psicanálise do vínculo social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
21. Cf. J. Laplanche; J-B. Pontalis, (1985) *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
22. Cf. S. Bleichmar, (1999) “Entre la producción de subjetividad y la constitución del psiquismo”. *Revista Ateneo Psicoanalítico. Subjetividad y propuestas identificatorias*. Buenos Aires, nº 2, 1999.
23. R. Sennett, (1988) *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 10.
24. R. Sennett, op. cit., p. 33, p. 102, p. 175.
25. Cf. G. Bartucci, (1999a); (1999b) op. cit.
26. Cf. J. Hassoun, (1995) *A crueldade melancólica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
27. Desenvolvo essa hipótese em maior profundidade em minha tese de doutoramento, intitulada *Psicanálise e contemporaneidade: por uma clínica diferencial das neuroses*, 2004, inédita.
28. Cf. G. Bartucci, (1998) “Transferência, compulsão à repetição e pulção de morte”, *Percurso, Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano X, nº 21, segundo semestre de 1998, p. 43-49; e (2001) “Entre a compulsão à repetição e a repetição transferencial, inscreve-se a pulção de morte”, *Cadernos de Psicologia*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vol. 10, nº 1, 2001, p. 153-171.
29. Cf. também J. Kristeva, (1993) *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
30. J. Birman, *Cartografias do feminino*. São Paulo, Editora 34, 1999, p. 162, p. 53.
31. J. Lacan, (1958, 19 de março) “As insígnias do ideal”, in J. Lacan, (s/d) *O seminário: As formações do inconsciente – 1957-1958. Livro 5*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999, p. 299.
32. Ainda que essa hipótese de trabalho já tenha sido avançada por mim em ensaios anteriores, e com distintas formulações, terá sido em minha tese de doutoramento que explicito o *modus operandi* envolvido nessa dinâmica constitutiva. Cf. G. Bartucci, *Psicanálise e contemporaneidade: por uma clínica diferencial das neuroses*, 2004.
33. Id.